

Saber estatístico e discurso estatístico: o não-dito e o clichê

Statistical Knowledge and statistical speech: non-sayings and the cliches

*Hugo Augusto Vasconcelos Medeiros**

*Ruy de Deus e Mello Neto***

*Afrânio Mendes Catani****

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar a formação do discurso estatístico e sua utilização no campo educacional para criar um sentido de verdade absoluta e incontestável. Partimos da hipótese de que este processo tem trazido consequências prejudiciais tanto para o campo educacional quanto para o campo estatístico, tais como a perda de autonomia dos agentes para interpretar e decidirem; fortalecimento de iniquidades escolares; e alienação do produtor de seu produto. Nesta perspectiva, nosso trabalho tem por foco a análise crítica das diferenças entre saber estatístico e discurso estatístico, para compreender os procedimentos e instrumentos que permitem a transformação do primeiro no segundo. Assim, observamos a migração de produtos e capitais entre campos (do campo estatístico para o campo educacional), a sua apropriação e deslocamento – que envolvem a ocultação de elementos anteriormente presentes (os não-ditos) e apelam para a repetição de estruturas de simples compreensão (os clichês) – tendo em vista a sua utilização como produto e insumo em um mercado específico.

Palavras-chave: Saber estatístico. Discurso estatístico. Pesquisa educacional.

ABSTRACT:

The purpose of this paper is to analyze the formation of statistical speech and its use in the educational field to create a sense of absolute and unquestionable truth. We set out the hypothesis that this process has brought damaging consequences both for the educational field, and for the statistical field, such as loss of the agents' autonomy on interpretation and decision-making; strengthening of school iniquities; and alienation of the producer from his product. In this sense, our work has focused on the critical analysis of the differences between knowing and statistical speech, to understand the procedures and instruments, which allow the transformation of the first in the second. Thus, we observe the migration of products and capitals between fields (from the statistical field to the educational field), its ownership and offset – involving the concealment of elements previously present (non-sayings), and the repetition of cliches – aiming their use as product and input in a particular market.

Keywords: Statistical Knowledge. Statistical speech. Educational research.

* Doutorando em Educação na Universidade Federal de Pernambuco (2014-2018). Analista de planejamento, orçamento e gestão na Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco. E-mail: hugavmedeiros@hotmail.com.

** Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Atualmente cursa o Pós-Doutoramento pela Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: ruydedeus@usp.br

***Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: amcatani@usp.br

Introdução

De acordo com um relatório do The World Internet Project - WIP (COLE, 2005), a fé na integridade e credibilidade histórica da imprensa tradicional afetou diretamente a relação da população de alguns países com as informações obtidas na internet. Segundo o estudo, cidadãos de países que construíram sua relação com a mídia baseados no caráter inquestionável da mesma tendem a ter maiores dificuldades em avaliar o conteúdo divulgado na internet, de “distinguir a boa da má informação, ou desenvolver a capacidade de evitar formar uma opinião antes de poderem avaliar a fonte que veicula a mesma” (Ibidem, 2005, p. 316)¹.

O caso brasileiro é emblemático nesse sentido, uma vez que a consolidação da grande imprensa foi permeada pela necessidade de afirmação incontestada da veracidade das informações. Nos anos 1950 e 1960, no intuito de modernizar-se e distanciar-se da ligação com a literatura, a imprensa brasileira precisou forjar um mito de isenção, em que seus jornalistas eram os arautos da modernidade, portadores de uma opinião acima das opiniões - mito este que foi especialmente impulsionado com o advento da imprensa televisiva, que acrescentava ao discurso um aspecto simbólico de magia e encantamento (BENJAMIN, 1987).

Por meio da definição de parâmetros profissionais e conteúdos propagados como imparciais na escrita e na edição, consolidou-se e difundiu-se uma segunda a qual a imprensa seria um espaço de neutralidade absoluta e de expressão da modernidade e civilidade; e os jornalistas, ao aplicarem os rigorosos padrões de redação e edição, tornavam-se enunciadores isentos da realidade (BARBOSA, 2007).

Castells (2005) afirma ser traço característico de uma ‘sociedade em rede’ a ilusão de que um maior acesso à informação signifique automaticamente uma maior apropriação ou compreensão do que foi dito, especialmente quando se refere à informação obtida na internet. Para o autor, “difundir a internet ou colocar mais computadores nas escolas, por si, não implicam necessariamente em grandes mudanças sociais” (p. 5 - 6)². Assim, embora a internet promova um espaço de comunicação e de trocas simbólicas mais horizontais, facilitando o acesso à informação, a existência de restrições materiais (acesso e qualidade das conexões, p.e.), de restrições lógicas (necessidade de comprar acesso a determinados sites, como os de publicações internacionais) e, especialmente, a restrição relativa ao próprio uso (necessidade de possuir determinadas competências para compreender a informação), fazem com que o potencial de democratização da internet seja restringido e com que o acesso à informação não necessariamente se reflita em um

¹ Tradução livre baseada no original “[...] *necessary to readily distinguish good information from bad or to withhold judgment until after examining the source of the information*”.

² Tradução livre de “[...] *diffusing the Internet or putting more computers in the schools does not in itself amount to much*”.

maior acúmulo de conhecimento e, muito menos, aprendizagem.

Para que a relação entre informação e conhecimento aconteça é necessário, além da observação de informações apresentadas, a utilização de competências de leitura que permitam “reelaborar o seu conhecimento ou até mesmo desconstruí-lo, visando uma nova construção [...] alicerçada em parâmetros cognitivos que envolvam a autorregulação, aspectos motivacionais, reflexão e criticidade frente a um fluxo de informações que se atualizam permanentemente” (COUTINHO; LISBOA, 2011, p. 8).

Desta forma, a incapacidade de articulação e reconhecimento de conceitos matemáticos básicos à compreensão de dados pode se colocar como fator determinante para a possibilidade de exploração e compreensão dos dados quantitativos. Sobre essa perspectiva, muitos estudos apontam para a estreita correlação entre o baixo desempenho na disciplina escolar de matemática e a aversão propagada ao conhecimento matemático, a compreensão numérica e a exploração de dados quantitativos (ver mais: TORISU; FERREIRA, 2009; DOBARRO; BRITO, 2010; SOUZA; BRITO, 2008). Perpetuada por anos, a ideia de que a matemática se configura como algo inalcançável reflete, segundo o relatório PISA 2012, em um pior desempenho médio do estudante brasileiro: 49% dos estudantes que participaram do exame no Brasil consideram-se muito tensos ao resolverem problemas matemáticos (OECD, 2013).

Neste contexto, a utilização de dados estatísticos tornou-se uma estratégia discursiva (FOUCAULT, 2008) de garantia da neutralidade, uma vez que os números (dentro de um imaginário popular que é construído a partir de uma enorme distância da exploração e compreensão matemática) “não apresentam opinião”, permitindo aos fazedores de discurso (BOURDIEU, 2012) ocupar uma posição em que eles informam (e constroem) não a sua verdade (uma verdade particular) mas, sim, uma verdade absoluta, soberana e ontológica – a qual necessitava apenas ser descoberta (MARCONDES FILHO, 2012).

As matérias da imprensa internetiva, construídas com base em dados estatísticos, realizam este deslocamento³ tendo por pano de fundo dois problemas consequentes: a maior parte da população brasileira é incapaz de distinguir boa de má informação; e, quando tenta fazê-lo, por medo ou não familiaridade com a matemática, é incapaz de compreender a construção, análise e utilização de dados estatísticos, que passa a adquirir características de uma verdade inquestionável.

Diante da não necessidade de atestar credibilidade de outra forma, informações técnicas como vieses, seleção das amostras, estimativa de erro etc. são

³ Entendemos deslocamento no sentido de Foucault (2008): como um esquema, uma operação discursiva (no mesmo nível da substituição, exclusão etc.), que desloca um conceito de uma positividade a outra, como ocorre com o caso do “deslocamento [na História Nova] do descontínuo: sua passagem do obstáculo à prática; sua integração no discurso do historiador, no qual não desempenha mais o papel de uma fatalidade exterior que é preciso reduzir, e sim o de um conceito operatório que se utiliza; por isso, a inversão de signos graças à qual ele não é mais o negativo da leitura histórica (seu avesso, seu fracasso, o limite de seu poder), mas o elemento positivo que determina seu objeto e valida sua análise” (p. 10).

negligenciadas, fazendo com que o discurso se desloque do campo estatístico para outros campos com bastante descaracterização. Neste sentido, muitas são as possibilidades de omissão: desde desconsiderar a origem e a forma de coletar os dados, passando pela propagação de probabilidades estatísticas como equivalente à verdade absoluta e até mesmo a omissão de que os dados tenham sido construídos com um propósito distinto; ou que a análise contenha erros não declarados. A incapacidade analítica da maioria dos leitores⁴ permite ao produtor/intermediador da matéria (de imprensa internetiva ou não) a total omissão das notas técnicas e, até mesmo, a não informação do real propósito do estudo propagado como notícia. Perguntas como quem o financiou, o que ele tenta provar, a quem serve esse resultado etc., são informações tidas como secundárias diante da verdade numérica. Aos leitores resta a necessária obrigação de não contestar os dados.

Todavia, não é somente a imprensa tradicional que se vale de tais estratégias discursivas: instituições de ensino também recorrem a estas práticas, quando querem utilizar dados estatísticos das fontes mais diversas em benefício próprio, como propaganda. Pode-se dizer então que mencionadas práticas discursivas não se circunscrevem ao Campo da Imprensa (seus profissionais e consumidores), mas são apropriadas pelo Campo da Educação, cujos agentes, embora não possam advogar para si o manto da neutralidade - pois precisam se afirmarem expressamente como melhores e diferentes - também usam dados estatísticos para criar um senso de infalibilidade.

Dessa maneira, destacando o não interesse na dicotomia discursiva entre abordagens qualitativas ou quantitativas (ou no debate entre as diversas possibilidades de integração entre ambos), na tentativa de pensar como tais questões se expressam na materialidade, propomos a exposição de dois comentários: o primeiro sobre o processo de ocultação ideológica, de ocultação a respeito da produção, da colheita e do uso dos dados estatísticos; o outro sobre os não-ditos, o que é silenciado no interior do próprio discurso, não talvez por uma operação ideológica de forma direta, mas pela operação de seleção (ainda que esta possua uma evidente dimensão ideológica), que faz não dizer coisas que poderiam ser efetivamente ditas, em outras formações discursivas.

Assim, comentaremos a utilização de “estatísticas educacionais” com fins políticos específicos e o aparecimento de dizeres ocultos a partir da reutilização de informações que tinham outro fim (produção, colheita e uso distintos). Nossa atenção volta-se especificamente para os usos dos dados do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) por cursos preparatórios e por escolas para justificar sua “qualidade” (conceito que, por sua vez, desloca-se de outra positividade discursiva)⁵,

⁴ Aqui utilizamos leitores em um sentido amplo, que conota não somente o letramento em língua portuguesa, mas a capacidade mais ampla de ler e compreender as informações - no caso, notícias que usam dados estatísticos.

⁵ Matéria sobre o Colégio Objetivo, instituição privada de ensino fundamental e médio, localizada em São Paulo, e que se apresentava como “líder” nacional no Ranking do Enem. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/escolas-com-menos-alunos-lideram-ranking-do-enem>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

volta-se também, a partir de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), para uma leitura sobre o desempenho de discentes no Programa Universidade para Todos (ProUni), que contraria os clichês e o senso comum acerca do seu capital educacional⁶. Para realizar estes comentários utilizamos análise do discurso, dados de censos educacionais e matérias da imprensa internetiva. Desse modo, próximo a uma abordagem *Orwelliana*⁷, pretendemos a discussão sobre o modo como a ‘chuva’ de dados educacionais, diante do majoritário desconhecimento da população no que se refere à construção/análise destes, pode ser usada como ferramenta ideológica de dispersão e controle da opinião pública.

A estatística e o não-dito

Para construir este artigo, uma das hipóteses centrais é que existe um campo, que podemos definir como estatístico, devido à presença de um *habitus* e de disputas comuns entre os indivíduos a ele integrados. A entrada e permanência neste campo (LAHIRE, 2004, 2012) passa pela aquisição e mobilização do saber estatístico⁸, o qual envolve a capacidade de coletar, calcular, consolidar e manusear dados estatísticos, inclusive por meio do uso de softwares específicos, bem como pela validação destas competências através da avaliação dos pares, da produção de artigos, relatórios etc. e da filiação a alguma instituição reconhecida pelo campo (IPEA, IBGE, INEP, Universidades). Assim, o *habitus* deste campo não se define pela publicização ou utilização política dos resultados das estatísticas, tampouco pela formação acadêmica original do indivíduo, mas pela sua competência e produção a partir do próprio saber estatístico. Portanto, é razoável supor que os integrantes do campo – ao contrário dos consumidores do campo – possuem conhecimento das limitações, condições e possibilidades de seu saber, e que, embora defendam a manutenção do seu campo (o que envolve a manutenção do próprio saber estatístico), são muito mais lenientes com a utilização da estatística como ferramenta de propaganda.

Deve-se pontuar que, quando pensamos em campos, evocamos logo as

⁶ Cf. Matéria vinculada com base em estudo da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior (ABRAES), esta que é parte da Associação Nacional de Universidades Particulares (ANUP) e representa alguns dos maiores grupos educacionais privados do país (Anima, Devry, Estácio, Laureate e Kroton). Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,bolsista-integral-do-prouni-tem-nota-mais-alta-no-enade,1586702>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

⁷ ORWELL, George. *Nineteen Eighty-Four*. England/Germany, Longman, 1983.

⁸ Saber estatístico possui um sentido diferente de discurso estatístico, pois envolve um capital que se forma através tanto de saberes, técnicas e competências distintas, quanto de uma forma específica de aquisição e validação deste. Assim, embora discurso e saber estatísticos se toquem, estão em posições distintas, já que o segundo não está atrelado às mesmas características, podendo, inclusive, extrapolar o seu campo primário. Há, portanto, uma aproximação de Foucault (2008), quando ele afirma que o saber compreende “possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (p. 204), mas também um distanciamento, quando pensamos nele para além da dimensão discursiva, englobando as relações primárias (instituições, técnicas etc.) e secundárias (as reflexões sobre o saber em si e sua relação com outras formas de codificar o mundo), o que o aproxima das ideias de Bourdieu (1977).

concepções que Bourdieu apresentou a respeito de *habitus* e grupos disputando posições e capitais. Entretanto aqui em mente, também contribuições como as de Lahire (2002, 2004, 2012), pelas quais podemos pensar, por exemplo, os consumidores do campo (ou dos capitais e conhecimentos em disputa dentro do campo), dos excluídos do campo e talvez um dos pontos principais para este estudo, das relações de trocas e transferências entre os produtos de diferentes campos.

A partir destas considerações, defendemos que o ponto nevrálgico em referência ao discurso estatístico⁹ está na apropriação de uma parte específica do saber estatístico (ou melhor, de parte de seus produtos, dos resultados das pesquisas) por parte de agentes presentes em outro campo, que ressignificam o que apropriaram a partir dos *habitus*, saberes e práticas de seu próprio campo. Assim, como foi mencionado na introdução, o saber estatístico é apropriado por outros campos e transformado em uma formação discursiva particular, em que a mera exposição de dados assume o valor de verdade absoluta e inquestionável, legitimando ao mesmo tempo o que é dito e quem diz e escondendo tanto a violência do mercado de troca (BOURDIEU, 1977) quanto o conhecimento do produtor a respeito do saber estatístico. Desse modo, o discurso estatístico adquire uma sintática própria - que passa, por exemplo, pela forma como os dados são expostos - e uma semântica própria, formadora e fundadora de si, que deixa de lado a dimensão de conhecimento do saber estatístico, que era fundante para o Campo da Estatística.

Quando consideramos o saber estatístico isoladamente, percebemos que as estatísticas se constituem em informações cujos dados foram coletados e tratados a partir de sentidos e expectativas prévias e que, para continuarem percebendo sentido e utilidade, necessitam de intervenção humana, de manipulação estatística e assim por diante (SENRA, 2005). Neste sentido, as informações estatísticas não revelam realidades, mas as constroem por partir do fato que a comensurabilidade não é inerente aos fatos, às coisas, às pessoas, mas sim uma qualidade atribuída pelo pesquisador, fazendo com que as escolhas conceituais e processuais influam nos resultados desejados/encontrados. Dessa maneira, tem-se uma objetivação pautada na inscrição e transcrição de informações de primeira ordem até alcançar inscrições e objetivações de enésima ordem, apoiada em alguma teoria ou em alguma equivalência atenta e convenientemente escolhida, fazendo com que conclusões obtidas a partir de amostras, a partir de dados separados, sejam generalizadas e agrupadas. Desse modo, na intenção de atender à demanda por informação, será preciso, por meio de boas teorias (ou às vezes alguma nem tão boas assim) transformar informações dispersas, não tratadas e ainda abstratas em algo mensurável – tendo sempre em vista que estas informações visam atestar, mesmo que involuntariamente, perspectivas e significações previamente estabelecidas (SENRA, 2000).

⁹ Embora tenhamos em mente as contribuições de Foucault (2008), entendemos que o discurso possui uma dimensão de “bem simbólico” (BOURDIEU, 1977), produzido mediante determinados mercados, cujas relações permitem que ele se transforme em um capital.

Nesse sentido, os dados só passam a ter significância se forem ordenados, sistematizados e encaixados em esquemas de classificação, conceitos teóricos ou padrões previamente definidos. Ou seja, por trás da informação produzida e propagada existe necessariamente um modelo conceitual, sendo este o meio pelo qual a realidade é “filtrada”. Todo levantamento de dados necessariamente pressupõe uma codificação prévia, que pode ser implícita ou explícita, e parte de certos “*a priori*” sobre o que se quer encontrar no campo de pesquisa (FEIJÓ; VALENTE, 2005).

Desse modo, como podemos ver em Dodge (2006), a estatística é relativa e possui limitações, posto que, embora possua métodos eficientes para realizar inferências e análises a respeito do comportamento social, vê-se limitada por características internas ao próprio saber, como o erro amostral e a tipologia dos dados; externas, como a possibilidade de ocorrência de eventos (históricos, econômicos ou sociais) que alterem o comportamento social ao longo da medição; ou, ainda, pela possibilidade dos dados estarem corrompidos devido a problemas na coleta das informações (GROVES, 2004). Assim, embora no próprio campo estatístico a credibilidade e a eficácia de uma estatística sejam pautadas pelos parâmetros e condições da pesquisa, com o deslocamento do saber para fora do campo a credibilidade e a eficácia terminam ficando a cargo somente da credibilidade pública do autor ou do divulgador (FEIJÓ, VALENTE, 2005). Dessa maneira, diante do volume e complexidade das estatísticas tornadas públicas e da ausência das competências necessárias para uma interpretação autônoma, os agentes de outros campos perdem a possibilidade de verificarem eles mesmos a qualidade da pesquisa e tendem a oscilar entre posições de credulidade ou desconfiança, de acordo com sua confiança no produtor/divulgador da estatística (idem).

O abrigo clichê: os melhores entre os melhores e os melhores apesar de entre os piores

No início de “A Arqueologia do Saber”, Foucault (2008) nomeia de “abrigo privilegiado” a possibilidade de a história permanecer um contínuo incessante, que permitiria aos humanos antecipar, prever e reconstituir, compreender e reaver o que se perde pelo esquecimento. Assim, com o abrigo seria possível evitar as ameaças do tempo, as quais se expressam sob o manto da descontinuidade, e permanecer um sujeito consciente e no controle (ainda que potencial) de seu próprio destino.

A forma como Foucault coloca - “Se a história...” (p. 14) - indica-nos que o abrigo – deslocado da posição discursiva de uma expressão de efeito para a de um conceito – é, antes de mais nada, tanto um esforço quanto um desejo de nos proteger das interrupções, das contradições, dos desvios e, em última instância, do des-saber sobre a história. Se pensarmos o abrigo de forma mais abrangente, como um conceito, podemos relacioná-lo com o nível discursivo (GADET, HAK, 1997) e dizer que ele está presente não somente na formação discursiva delimitada por Foucault

na Introdução de *A Arqueologia do Saber*, mas que, de forma geral, o abrigo localiza-se em diversos enunciados e discursos que têm por função criar um sentido de continuidade - seja continuidade entre interlocutores, entre o sujeito e sua consciência, ou entre o sujeito e tempo.

Investigando temática semelhante, Brayner (2014) discorre sobre a recorrência da utilização dos clichês – definidos pelo autor como frases feitas, lugares comuns, ideias repisadas – como estratégias para tratar com a “desfamiliarização” que nos acomete quando nos estranhamos com um mundo que não reconhecemos, não conseguimos compreender, tampouco expressar com nossa linguagem. Nestas situações, usamos, então, clichês como convites – “pactos de cumplicidade” (p. 559) para abrigarmos-nos juntos na mesma ideia, no mesmo lugar seguro e conhecido, que não nos parecerá estranho. Assim, ao operarmos um clichê, dizemos aos outros com uma clareza redundante que ocupamos no discurso um lugar de abrigo – e que nos comprometemos a defendê-lo.

Há no discurso educacional um abrigo-clichê: deslocamento de enunciados do saber estatístico para o campo educacional a partir da ideia de que dados, números e séries estatísticas são espelhos da realidade, necessitando apenas serem lidos da maneira apropriada, não cabendo contra eles nenhuma contestação. Podemos dizer que este deslocamento funciona como abrigo, pois possibilita prever, reaver e antecipar o comportamento da realidade através da leitura dos dados – e, como clichê, pois se estrutura num pacto de cumplicidade apoiado em lugares comuns, como a objetividade científica e frases feitas como “dados não mentem”, “contra fatos não há argumentos”.

Todavia, o que os sujeitos (enquanto posições discursivas – FOUCAULT, 2008) que se valem deste deslocamento não dizem, o que esquecem (GADET, HAK, 1997), é que operam por meio de uma seleção, a qual opõe dito e não-dito – valorizando o primeiro e ocultando o segundo –, e que tem por função esconder as disputas sociais e as relações de dominação social ao redor da educação, através da transformação de uma contingência em necessidade e na responsabilização do sujeito (ZIZEK, 1996). Da positividade contingente de um saber, sujeito a todas as suas limitações discursivas, materiais e operacionais, para o saber definitivo, completo e infalível sobre o real, expresso através de números plotados em gráficos e séries, os quais precisam, unicamente, serem lidos da forma correta – e pelas pessoas corretas. Dessa maneira, ocultam-se tanto motivações de nível ideológico-cultural quanto procedimentos e condições do próprio nível discursivo (dito e não-dito, deslocamentos, procedimentos do saber estatístico etc.) (GADET, HAK, 1997).

Assim, quando os sujeitos deslocam conceitos, enunciados, temas e objetos do saber estatístico para o campo educacional, se esquecem de mencionar o processo que lhes permitiu fazer isso (o deslocamento em si), bem como outros conceitos, enunciados, temas e objetos, tais como universo, amostra, desvio-padrão, seleção dos entrevistados etc. A lembrança de tais elementos e do processo colocariam em cheque a função ideológica, pois permitiriam ao interlocutor o acesso a mais ferramentas com as quais reinterpretarem e reexaminar os sentidos, as estruturas,

as posições e, assim, superariam o “efeito de profundidade” (ZIZEK, 1996) do discurso – efeito que permite totalizar o sentido do discurso e conquistá-lo como “verdadeiro”, através de sua abertura sobre si mesmo, que passa a não responder a nenhuma questão em específico, dando apenas respostas gerais.

Voltando ao campo prático, de forma competente, muitos trabalhos já esmiuçaram análises sobre a incongruência da utilização do Enem e do Enade como instrumento de marketing institucional, bem como de possíveis falhas metodológicas em tal procedimento (ANDRADE, 2011; THIENGO; MOTA, 2010; FREITAS; SILVA, 2014; TRAVITZKI, 2013; BARREYRO, 2008). Entretanto, nossa intenção é mostrar, sem a necessidade de discutir os programas em si, como a utilização de preceitos matemáticos pode servir de arcabouço para a sustentação de propagandas institucionais travestidas de notícias, utilizando-se de clichês discursivos como chamariz midiático.

Por meio da linguagem matemática fomenta-se a imagem de uma suposta neutralidade jornalística sem deixar de lado a novidade ou o clichê. A estatística garante ao jornalista a possibilidade de adentrar em um discurso pronto (ou a negação dele) e, com base em dados estatísticos produzidos de forma nem sempre clara, reforçar uma narrativa qualquer sem perder a suposta neutralidade profissional. É possível, então, vender produtos e ideias sob a tutela de um novo assunto ou um novo conceito.

Para tanto é necessário, além da publicação de novas estatísticas, a premissa de que haja um abrigo-clichê discursivo em torno da ideia apresentada, seja para reforçá-la, seja para discuti-la, deslocando enunciados estatísticos a fim de confrontar ou confirmar ideias pré-estabelecidas. Dessa maneira, nos casos específicos, parte-se necessariamente do discurso naturalizado que espera o mau desempenho escolar por parte de jovens de baixa renda e o alto desempenho escolar por parte de jovens ricos.

O colégio teve uma média geral de 741,94 pontos. O dono da rede de colégios Objetivo, João Carlos Di Genio, diz acreditar que o bom resultado da instituição na prova se deve à intensa preparação. "O treino para o Enem é ensinar ao aluno o que o conteúdo realmente significa, ou seja, ele tem de entender esse conteúdo. O aluno não vai bem se não treinar interpretação de texto de verdade." Para ele, os alunos do colégio são "talentosos" e integram a "elite intelectual que o Brasil tem de construir". "No mundo todo, os alunos brilhantes são considerados uma riqueza do país. O Brasil está caminhando para isso. Nós somos representantes do Brasil no conselho internacional de superdotados." (OBJETIVO, 2014)

O resultado impressionante advém do efeito do Prouni: apesar das condições muito inferiores dos alunos do programa (menos da metade da renda média da família, escolaridade dos pais substancialmente inferior, 5x menos alunos tiveram condições de fazer ensino médio privado, condições raciais com maior percentual de minorias, ocorrência de trabalho em período integral e de estudo em período matutino similar às médias nacionais), o desempenho de seus concluintes no Enade não só são superiores à média nacional, como significativamente superiores aos dos

alunos das escolas públicas. Além disso, o número de horas de estudo dedicadas fora de sala de aula chega a ser superior ao das escolas públicas. Em outras palavras, apesar das condições socioeconômicas menos favoráveis, dentro da estrutura de seleção e de incentivos do programa, o aluno bolsista Prouni na rede privada é capaz de compensar sua desvantagem com base no esforço individual, dedicando-se ao programa e obtendo um resultado na média superior ao dos alunos da rede pública, e em muito superior à média nacional. (ABRAES, 2014, p. 18).

Numa perspectiva trabalhada por Bourdieu¹⁰, a educação se comportaria como parte de um processo de transmissão de um conjunto de valores que constituem a identidade do indivíduo numa dada filiação, com conseqüente reconhecimento do seu estatuto social, na medida em que estes valores são compartilhados por outros grupos. Assim, a educação familiar tenderia a assegurar a transmissão de um patrimônio simbólico e social e se comportaria como uma dimensão cognitiva importante ao garantir conhecimento de como transitar em diferentes campos da vida social, bem como o modo de se posicionar em relação a outros grupos. Garante-se, com isso, a sociabilidade e o *habitus* ligado ao conjunto dessas relações (GHEORGHIU; GRUSON; VARI, 2008).

Desse modo, as famílias de baixa renda perceberiam e constituiriam, no imaginário popular, normalmente com bastante clareza, que a necessidade de ingressar no mercado de trabalho implica em relegar a segundo plano o investimento escolar, no qual a valorização do lugar situado pelo trabalho nas suas vidas, “principalmente como dispositivo de enquadramento moral, faz com que elas, na ausência de uma confiança no futuro construído pela escola, aceitem e mesmo estimulem seus filhos a considerar a entrada no mercado de trabalho desde muito cedo” (LIMA; ALMEIDA, 2010, p. 364). Essa situação se apresenta diametralmente inversa nas famílias de alta renda, uma vez que o acesso à educação ocorre como caminho natural e quase obrigatório, postando-se assim também no imaginário popular (NOGUEIRA, 2004).

Baseado na premissa de que os jovens de baixa renda não deveriam (ou poderiam) ser os melhores alunos na educação superior, e que os jovens de alta renda obrigatoriamente deveriam sê-lo no processo seletivo ao mesmo nível de ensino - uma trajetória provável nos dois casos -, as campanhas de marketing vendem o “sucesso” de determinadas escolas - de alto custo - baseadas em estatísticas de desempenho de seus estudantes no Enem. Por outro lado, a ABRAES utiliza a expectativa em torno do mau desempenho dos estudantes de baixa renda, bolsistas do ProUni, para vender o sucesso de suas instituições. Os dois casos possuem em comum a utilização das estatísticas como produto a ser vendido.

Para isso, aproveitam-se do fato do campo da estatística possuir um *habitus* e

¹⁰ Para o autor (1979), a distribuição do capital cultural entre classes e frações de classes seria fator determinante à diferença entre sucesso e insucesso escolar, posto que jovens com maior acúmulo de capital cultural tenderiam a ter melhores condições de sucesso escolar - neste caso, de sucesso no acesso ao ensino superior.

um capital dominante específico, ou seja, o acesso a um saber estatístico serve de variável definidora entre dominantes e dominados no campo. A estratégia das instituições passa a ser a da transformação do não domínio massivo das ferramentas estatísticas para alcançar seus objetivos, uma vez que a maioria das pessoas, pela aversão ou pelo desconhecimento para com a matemática e a estatística, não tem condição de questionar os dados apresentados.

Dessa maneira, com o advento de números ‘inquestionáveis’, é possível aos dois grupos educacionais negligenciar fatos¹¹ e detalhes da construção dos dados. Os não-ditos, nesses casos, tornam-se irrelevantes diante da incapacidade interpretativa da maior parte dos leitores, sendo a verdade estatística inquestionável. Assim, sem risco de ser categorizado como uma peça publicitária travestida de notícia, a utilização de dados estatísticos - mesmo que incoerentes - garante ao leitor e ao produtor um elo de confiabilidade e garantia formal de isonomia. O não saber estatístico permite ao leitor, por meio de um clichê-discursivo, aceitar e não questionar a verdade matemática, sendo, por isso, alijado da percepção que se trata de um produto de marketing e não de uma notícia. Da mesma forma, o clichê permite ao jornalista/publicitário manter-se aparentemente neutro, sem a real necessidade de informar detalhes sobre a pesquisa ou até mesmo acerca de possíveis peças publicitárias financiadas na mídia em questão.

Referências

- ABRAES. Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Educação Superior. *Instituições particulares de ensino superior e ProUni: o impacto do programa de inclusão sobre o desempenho de seus alunos no Enade*. Brasília, ANUP, 2014. 32p. Relatório sobre desempenho dos bolsistas do ProUni. Brasília: PNUD: FAO, 1990. 47 p. Relatório da Missão de Avaliação do Projeto BRA/87/037.
- ANDRADE, E. C. Rankings em Educação: Tipos, Problemas, Informações e Mudanças: Análise dos Principais Rankings Oficiais Brasileiros. *Estudos Econômicos* (USP. Impresso), v. 41, p. 7-28, 2011.
- ARENDDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARBOSA, M. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- BARREYRO, G. B. De exames, rankings e mídia. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 863-868, nov. 2008.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história*

¹¹ Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/blogs/mateus-prado/campea-do-enem-e-ao-mesmo-tempo-a-escola-1-e-a-escola-569-do-brasil/>>. Acesso em: 03 de abril de 2015.

da cultura. *Obras Escolhidas*, v.1. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, P. Condição de Classe e posição de classe. In: MICELI, Sergio (Org.), *A economia das trocas simbólicas*, pp. 99-181. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. Les trois états du capital culturel. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 30, pp. 3-6, 1979.

_____. L'économie des échanges linguistiques. *Langue Française*, n. 34, 1977, p. 17-34.

_____. *Sur L'état - Cours Au College de France*. Paris: Seuil, 2012.

BRAYNER, F. O Clichê: notas para uma derrota do pensamento. Por uma consciência ingênua. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 557-572, abr./jun. 2014.

CASTELLS, M. *A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor., 2003

_____. The Network Society: from Knowledge to Policy. In CASTELLS, M e CARDOSO, G. (Org.) *The Network Society: From Knowledge to Policy*. p. 3-22. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

COLE, J. Internet and Society in a Global Perspective: Lessons from Five Years in the Field. In CASTELLS, M. e CARDOSO, G. (Org.) *The Network Society: From Knowledge to Policy*. p. 305-324. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

COUTINHO, C.; LISBOA, E. Sociedade da Informação, do Conhecimento, e da Aprendizagem: desafios para Educação do Século XXI. *Revista de Educação*, Vol. XVIII, nº 1, p. 5 - 22, 2011.

DOBARRO, V. R.; Brito, M. R. F. Atitude e crença de auto-eficácia: Relação com o desempenho. *Educação Matemática em Revista* (São Paulo), v. 12, p. 199-220, 2010.

DODGE, Y. *The Oxford Dictionary of Statistical Terms*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

FEIJÓ, C.; VALENTE, E. As estatísticas oficiais e o interesse público. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 15, n. 1, p. 43-54, jun. 2005.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREITAS, L. P. F.; SILVA, V.B. Avaliação e classificação de instituições de ensino médio: um estudo exploratório. *Educ. Pesqui.* vol.40 no.1 São Paulo Jan./Mar.

2014.

GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GHEORGHIU, M. D.; GRUSON, P.; VARI, J. Trocas intergeracionais e construção de fronteiras nas experiências educativas das classes médias. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 29, n. 103, p. 377-399, 2008.

GROVES, R. M. *Survey errors and survey costs*. Vol. 536. John Wiley & Sons, 2004.

LAHIRE, B. Do Homem Plural ao Mundo Plural: entrevista com Bernard Lahire, por Sofia Amândio. *Análise Social*, 202, XLVII (1º), 2012, p. 195-208.

_____. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação e Sociedade*, ano XXIII, nº 78, abril/2002, p. 37-55.

_____. Trajetória acadêmica e pensamento sociológico: entrevista com Bernard Lahire. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 315-321, maio/ago. 2004.

LIMA, A.C.; ALMEIDA, A. M. F. Permanências e mutações na definição intergeracional do trabalho infantil. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 347-369, abr.-jun. 2010.

MARCONDES, Filho, C. *A saga dos cães perdidos*. 2. ed. São Paulo:Hacker, 2002.

MELLO NETO, R. D. Entre melhores e piores: caso dos bolsistas do ProUni em Pernambuco. In SIMÕES, J. L. (org.). *Pesquisas em teoria e história da educação*. v.2, Recife: Ed. Universitária, 2015 (no prelo)

NOGUEIRA, M. A. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 26, n.26, p. 133-144, 2004.

OBJETIVO. *Escolas com menos alunos lideram ranking do ENEM*. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/escolas-com-menos-alunos-lideram-ranking-do-enem>. Acesso em 03 de abril de 2015.

OECD. Relatório Pisa. Programme For International Student Assessment- Results From Pisa 2012. Disponível em http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2013/country_note_brazil_pisa_2012.pdf.

SENRA, N. C. Informação estatística com objeto de estudo. Uma primeira tentativa de formalização. *Datagramazero (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 6, n.4, p. 4, 2005.

_____. Informação Estatística: demanda e oferta, uma questão de ordem. *Datagramazero (Rio de Janeiro)*, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, 2000.

SOUZA, L.; Brito, M. R. F. Crenças de auto-eficácia, autoconceito e desempenho em matemática. *Estudos de Psicologia (PUCCAMP. Impresso)*, v. 25, p. 193-201, 2008.

THIENGO, L. C.; MOTA, M.V.S. O Enem virou manchete: A divulgação dos resultados do Enem na construção da identidade do ensino médio público brasileiro. In: *XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 2010, Caxias do Sul.

TORISU, E. M.; FERREIRA, A. C. A teoria social cognitiva e o ensino-aprendizagem da matemática: considerações sobre as crenças de autoeficácia/The social cognitive theory and the mathematic teaching-learning process: considerations on the self-efficacy beliefs. *Ciências & Cognição (UFRJ)*, v. 14(03), p. 168-177, 2009.

TRAVITZKI, R. *ENEM: limites e possibilidades do Exame Nacional do Ensino Médio enquanto indicador de qualidade escolar*. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ZIZEK, S. O Espectro da Ideologia. In: ZIZEK, S (org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

Recebido em: 20/05/2015

Aceito em: 30/07/2015